



## REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

### EDUCAÇÃO COMO ATO POLÍTICO: O PAPEL DA COMUNIDADE NA FORMAÇÃO HUMANA

### EDUCATION AS A POLITICAL ACT: THE ROLE OF COMMUNITY IN HUMAN FORMATION

### LA EDUCACIÓN COMO ACTO POLÍTICO: EL PAPEL DE LA COMUNIDAD EN LA FORMACIÓN HUMANA

Steffani Dionizio de Oliveira<sup>1</sup>

e61291

<https://doi.org/10.63026/acertte.v6i1.291>

PUBLICADO: 01/2026

#### RESUMO

Este artigo analisa a educação como ato político, a partir do tensionamento entre a concepção liberal-individualista de educação e abordagens teóricas que enfatizam o papel da comunidade, da liberdade substantiva e da pedagogia crítica na formação humana e social. Fundamentado em pesquisa bibliográfica de natureza analítico-conceitual e abordagem qualitativa, o estudo dialoga com autores do pensamento liberal, da economia política do desenvolvimento e da pedagogia crítica, com destaque para Milton Friedman, Amartya Sen, Paulo Freire e Bell Hooks. A análise evidencia que modelos educacionais orientados pela lógica de mercado tendem a reforçar práticas individualistas e utilitaristas, produzindo efeitos de isolamento e fragilização dos vínculos sociais. Em contraposição, perspectivas comunitárias e emancipatórias da educação ampliam as liberdades substantivas, fortalecem o pertencimento e favorecem processos de práxis coletiva. Conclui-se que a educação, compreendida como prática política e comunitária, constitui elemento central para a promoção do desenvolvimento humano, social e econômico em uma perspectiva crítica e inclusiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Comunidade. Educação como ato político. Pedagogia crítica. Desenvolvimento humano.

#### ABSTRACT

*This article analyzes education as a political practice by examining the tension between the liberal-individualist conception of education and theoretical approaches that emphasize the role of community, substantive freedom, and critical pedagogy in human and social formation. Grounded in a qualitative, analytical-conceptual bibliographic study, the paper engages with authors from liberal thought, the political economy of development, and critical pedagogy, with particular emphasis on Milton Friedman, Amartya Sen, Paulo Freire, and Bell Hooks. The analysis highlights that educational models guided by market logic tend to reinforce individualistic and utilitarian practices, contributing to social isolation and the weakening of communal bonds. In contrast, community-based and emancipatory perspectives on education expand substantive freedoms, strengthen a sense of belonging, and foster collective praxis. The study concludes that education, understood as a political and communal practice, is a central element in promoting human, social, and economic development from a critical and inclusive perspective.*

**KEYWORDS:** Education. Community. Education as a political practice. Critical pedagogy. Human development.

#### RESUMEN

*Este artículo analiza la educación como acto político a partir de la tensión entre la concepción liberal-individualista de la educación y enfoques teóricos que destacan el papel de la comunidad, la libertad sustantiva y la pedagogía crítica en la formación humana y social. Basado en una investigación bibliográfica de carácter analítico-conceptual y enfoque cualitativo, el estudio dialoga con autores del pensamiento liberal, de la economía política del desarrollo y de la pedagogía crítica, con énfasis en*

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Econômicas pela Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, da Universidade Federal de São Paulo.



## REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE

### ISSN 2763-8928

EDUCAÇÃO COMO ATO POLÍTICO: O PAPEL DA COMUNIDADE NA FORMAÇÃO HUMANA  
Steffani Dionizio de Oliveira

*Milton Friedman, Amartya Sen, Paulo Freire y Bell Hooks. El análisis pone de manifiesto que los modelos educativos orientados por la lógica del mercado tienden a reforzar prácticas individualistas y utilitaristas, generando aislamiento social y debilitamiento de los vínculos comunitarios. En contraposición, las perspectivas educativas comunitarias y emancipadoras amplían las libertades sustantivas, fortalecen el sentido de pertenencia y favorecen procesos de praxis colectiva. Se concluye que la educación, entendida como práctica política y comunitaria, constituye un elemento central para la promoción del desarrollo humano, social y económico desde una perspectiva crítica e inclusiva.*

**PALABRAS CLAVE:** Educação. Comunidade. Política educacional. Pedagogia crítica. Desenvolvimento humano.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação, enquanto prática social, não se restringe à transmissão de conteúdo ou à preparação técnica para o mercado de trabalho. Trata-se de um fenômeno historicamente situado, atravessado por relações de poder, valores e projetos de sociedade, o que permite compreendê-la como um ato eminentemente político. Nesse sentido, os modelos educacionais não são neutros: refletem concepções de sujeito, de liberdade e de organização social. Essa compreensão da educação como prática social e política também se relaciona com o debate epistemológico sobre a própria constituição da ciência da educação, uma vez que seus objetos não se apresentam de forma neutra ou unívoca, mas são historicamente construídos e atravessados por concepções teóricas e ideológicas distintas. Nesse sentido, Scudeler (2025) destaca que a educação, enquanto campo científico, envolve múltiplos objetos de análise, o que exige uma abordagem crítica capaz de reconhecer suas dimensões sociais, políticas e formativas.

No contexto do Estado liberal e, mais recentemente, do avanço do neoliberalismo, observa-se a consolidação de uma concepção de educação fortemente orientada por critérios utilitaristas e individualistas, que tende a reduzir o processo educativo à formação da força de trabalho e à maximização da eficiência econômica. Tal perspectiva produz efeitos não apenas institucionais, mas também psicossociais, ao enfraquecer vínculos comunitários e restringir a educação a projetos estritamente individuais.

Em contraposição a essa lógica, abordagens críticas da educação ressaltam o papel da comunidade na formação das identidades, no fortalecimento do pertencimento e na ampliação das possibilidades de participação política e emancipação coletiva. A escola e a universidade, sob essa ótica, configuram-se como espaços de exercício da liberdade, de construção de consciência crítica e de práxis transformadora.

O objetivo deste artigo é analisar a educação como ato político, a partir do tensionamento entre a concepção liberal-individualista de educação e perspectivas teóricas que enfatizam o papel da comunidade, da liberdade substantiva e da pedagogia crítica na formação humana e social. Busca-se, assim, contribuir para o debate sobre os fundamentos políticos da educação e suas implicações para o desenvolvimento humano, social e econômico.



## REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE

### ISSN 2763-8928

EDUCAÇÃO COMO ATO POLÍTICO: O PAPEL DA COMUNIDADE NA FORMAÇÃO HUMANA  
Steffani Dionizio de Oliveira

## 2 METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como um artigo de natureza analítico-conceitual, fundamentado em pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. O estudo desenvolve-se por meio da análise crítica de obras e produções acadêmicas de autores centrais do pensamento liberal, da economia política do desenvolvimento e da pedagogia crítica, com destaque para Aristóteles, Milton Friedman, Amartya Sen, Paulo Freire e Bell Hooks.

A estratégia metodológica adotada consiste na articulação teórica entre diferentes tradições do pensamento social, com o objetivo de problematizar as concepções de educação, liberdade e comunidade presentes nos modelos liberais e em abordagens emancipatórias da educação. Como elemento ilustrativo da práxis comunitária, utiliza-se, de forma analítica, a pesquisa desenvolvida por Guilherme Boulos (2017), sem pretensão de generalização empírica, mas como subsídio à reflexão teórica sobre os efeitos psicossociais da participação coletiva.

A opção por uma abordagem qualitativa e por análise bibliográfica em estudos educacionais tem sido amplamente utilizada em pesquisas que buscam compreender fenômenos formativos em sua complexidade social e cultural. Investigações recentes (DE CARVALHO e DE BONA, 2024) demonstram a pertinência desse tipo de abordagem para analisar práticas educativas e produções acadêmicas em contextos multiculturais, reforçando a adequação metodológica da estratégia adotada neste estudo.

Trata-se, portanto, de um estudo que não busca mensuração ou verificação empírica de hipóteses, mas sim a compreensão crítica dos fundamentos conceituais e políticos que estruturam o debate contemporâneo sobre educação, comunidade e emancipação social.

## 3. ANÁLISE E DISCUSSÃO

A presente seção desenvolve a análise teórica do problema proposto, articulando diferentes perspectivas do pensamento social, econômico e pedagógico, com o objetivo de compreender a educação como ato político e como prática social atravessada por relações de poder, liberdade e pertencimento comunitário. Parte-se da compreensão de que os processos educativos não se desenvolvem em um vácuo histórico ou institucional, mas estão profundamente imbricados nas formas de organização social, nas concepções de desenvolvimento e nas disputas políticas que atravessam a sociedade contemporânea.

Nesse sentido, a análise estrutura-se a partir de um movimento crítico que se inicia nas concepções liberais de educação e desenvolvimento, centradas no individualismo metodológico e na racionalidade do mercado, avança para perspectivas que ampliam a noção de liberdade para além dos parâmetros econômicos e culmina em abordagens pedagógicas críticas que enfatizam a comunidade, a práxis e a formação da consciência coletiva. Os subitens que seguem não devem ser compreendidos como compartimentos estanques, mas como momentos analíticos interdependentes, cuja articulação contribui para a construção do argumento central deste artigo.



## REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

EDUCAÇÃO COMO ATO POLÍTICO: O PAPEL DA COMUNIDADE NA FORMAÇÃO HUMANA  
Steffani Dionizio de Oliveira

### 3.1 Sobre as liberdades econômicas e substantivas

Partindo do princípio de que toda prática educativa é, em alguma medida, política, ou seja, é a compreensão presente desde os primórdios do pensamento filosófico ocidental, particularmente em Aristóteles (384 a.C.–322 a.C.), em *Política* (o ato de estudar), aqui compreendido a partir do modelo tradicional de ensino instituído no contexto do Estado moderno e intensificado sob a racionalidade neoliberal, não pode ser reduzido a uma atividade individual ou tecnicamente neutra. Ao contrário, trata-se de um processo social que se desenvolve em meio a relações de poder, normas institucionais e valores coletivos.

As dificuldades relacionadas à aprendizagem, à disciplina e à permanência dos estudantes nas instituições de ensino evidenciam a necessidade de refletir sobre o papel do apoio coletivo e das dinâmicas comunitárias na superação desses obstáculos. Observa-se que, quando há suporte comunitário, seja no interior do próprio coletivo discente, seja por meio da atuação de professores, gestores e demais profissionais da educação, o processo educativo tende a desenvolver-se de forma mais consistente, significativa e potencialmente emancipadora. Em contrapartida, determinadas abordagens fundamentadas no individualismo metodológico sustentam uma concepção restrita de educação, orientada para projetos pessoais de aprimoramento da força de trabalho e voltada prioritariamente às demandas do mercado, sob uma lógica de alta competitividade e responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso escolar.

Essa racionalidade encontra respaldo teórico no liberalismo econômico, especialmente nas formulações de Milton Friedman, um de seus principais expoentes. Conforme analisado por Deitos (2008), Friedman constrói uma crítica direta ao Estado de Bem-Estar Social, defendendo que a educação deve submeter-se à lógica de coordenação do mercado. Para o autor, o mercado constitui o principal regulador das relações sociais, cabendo ao Estado uma atuação limitada, restrita à função de legislador e árbitro em situações pontuais nas quais o próprio mercado não consiga exercer sua função reguladora.

Nesse contexto, Friedman reconhece a necessidade de um nível mínimo de educação geral, entendida como condição para a internalização de valores considerados indispensáveis à estabilidade de uma sociedade democrática regulada pelo capitalismo competitivo. Essa educação elementar possibilitaria a participação dos indivíduos nas trocas voluntárias do mercado, favorecendo a circulação de mercadorias e o exercício da cidadania em uma sociedade considerada “livre” (DEITOS, 2008). No entanto, ao analisar os diferentes níveis de ensino, Friedman defende uma atuação estatal restrita, admitindo intervenção governamental apenas na educação básica, de forma temporária e focalizada. No ensino superior, rejeita a nacionalização e a oferta estatal, por considerar que seus benefícios são predominantemente individuais, defendendo o financiamento privado, a mercantilização da educação e a organização das instituições segundo critérios de eficiência e demanda.

Para os objetivos deste estudo, propõe-se uma leitura crítica dessa concepção, ampliando a compreensão do papel das instituições de ensino e questionando a redução da educação a um instrumento de ajustamento ao mercado de trabalho. Nessa perspectiva, a comunidade assume uma



## REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE

### ISSN 2763-8928

EDUCAÇÃO COMO ATO POLÍTICO: O PAPEL DA COMUNIDADE NA FORMAÇÃO HUMANA  
Steffani Dionizio de Oliveira

função que ultrapassa a mera produção de indicadores quantitativos de desempenho, revelando-se especialmente relevante para grupos marginalizados ou socialmente deslocados. A partir de identificações geográficas, culturais, ancestrais, raciais, de gênero, sexualidade e neurodiversidade, formam-se coletivos que produzem práticas próprias, formas singulares de convivência e estratégias de resistência nos espaços educativos, favorecendo processos de empoderamento e emancipação.

É nesse ponto que a contribuição teórica de Amartya Sen (2010) se torna central para o debate. Ao conceber o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades substantivas, Sen rompe com concepções restritas que o associam exclusivamente ao crescimento econômico, à modernização tecnológica ou ao aumento da renda. Para o autor, o progresso deve ser avaliado pela ampliação das liberdades reais das pessoas, sendo estas simultaneamente fins e meios do desenvolvimento. A privação de liberdade, nesse sentido, relaciona-se diretamente à carência de serviços públicos essenciais, como saúde e educação, bem como à fragilidade das instituições sociais responsáveis pela garantia de direitos.

Sen reconhece a importância do mercado como espaço de troca e interação social, mas rejeita sua absolutização. Conforme argumenta, ser genericamente contra os mercados seria tão equivocado quanto ser contra a comunicação entre as pessoas. Todavia, a liberdade de troca só pode ser considerada efetiva quando existem condições sociais que a sustentem. Assim, a privação de liberdade econômica pode gerar privação de liberdade social e política, do mesmo modo que a exclusão social compromete a liberdade econômica (SEN, 2010). As chamadas liberdades instrumentais, a saber políticas, sociais, econômicas, garantias de transparência e segurança protetora, articulam-se entre si e contribuem para a ampliação da liberdade humana, permitindo que os indivíduos atuem como agentes de seu próprio destino, e não apenas como receptores passivos de políticas públicas.

### 3.2 O papel da pedagogia e da comunidade

Na seção anterior, evidenciou-se que a ampliação do conceito de liberdade proposta por Amartya Sen permite deslocar o debate educacional para além das concepções liberais estritamente econômicas. Ainda que Sen (2010) não proponha a superação do mercado enquanto sistema, sua abordagem abre espaço para análises mais profundas e interdisciplinares, especialmente aquelas desenvolvidas no campo da pedagogia crítica, como a pedagogia do oprimido de Paulo Freire.

O arcabouço teórico freireano constitui uma contribuição central para a compreensão da educação como prática política. Enquanto Sen opera uma crítica interna às concepções restritas de desenvolvimento, Freire problematiza a própria estrutura da educação, evidenciando como as relações pedagógicas podem reproduzir ou transformar as desigualdades sociais. Para Freire, a educação não é neutra: ela se coloca a serviço da dominação ou da libertação.

Freire (2019) caracteriza a educação “bancária” como uma prática pedagógica baseada na dicotomia educador-educandos, na qual o conhecimento é concebido como algo a ser depositado em sujeitos considerados passivos. Essa lógica transforma os educandos em recipientes a serem preenchidos, reforçando uma visão instrumental do saber e consolidando uma educação como prática





## REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

EDUCAÇÃO COMO ATO POLÍTICO: O PAPEL DA COMUNIDADE NA FORMAÇÃO HUMANA  
Steffani Dionizio de Oliveira

de dominação. Nessa perspectiva, o conhecimento aparece como doação dos que se julgam sábios àqueles considerados ignorantes, produzindo alienação e impedindo o desenvolvimento da consciência crítica.

Em contraposição, Freire defende a educação problematizadora, fundada na práxis, que é entendida como ação e reflexão dos homens sobre o mundo com vistas à sua transformação. A libertação, nesse sentido, não pode iniciar-se pela manutenção de sujeitos alienados, mas pelo reconhecimento dos educandos como corpos conscientes, historicamente situados e capazes de intervir na realidade. A educação comprometida com a emancipação rompe com a dicotomia entre educador e educandos, reconhecendo ambos como sujeitos do processo educativo e valorizando o diálogo como princípio pedagógico fundamental.

De forma mais ampla e estrutural, emerge a contradição entre opressores e oprimidos, na qual a pedagogia dominante corresponde à pedagogia da classe dominante. Freire identifica a tendência de que os oprimidos, ao internalizarem a lógica da opressão, passem a reproduzi-la, assumindo uma postura de “aderência” ao opressor. Essa internalização transforma os sujeitos em seres duplos e inautênticos, dificultando sua participação consciente na elaboração de uma pedagogia verdadeiramente libertadora (FREIRE, 2019).

Bell Hooks (2013) aprofunda essa discussão ao incorporar perspectivas feministas e antirracistas, ampliando a compreensão da educação como prática de liberdade. Para a autora, o trabalho docente não se limita à transmissão de conteúdo, mas envolve o compromisso com o crescimento intelectual e espiritual dos estudantes. Inspirada em Freire, Hooks enfatiza que a educação só pode ser libertadora quando o conhecimento é apropriado coletivamente, por meio da práxis, compreendida como ação reflexiva orientada à transformação do mundo (HOOKS, 2013).

### 3.3 Práxis comunitária e efeitos psicossociais da participação coletiva

A incorporação dessas perspectivas críticas na realidade contemporânea enfrenta desafios significativos, especialmente em um contexto marcado pela intensificação das exigências produtivas, pela precarização das relações de trabalho e pela crescente mercantilização das instituições educacionais. Ainda assim, os sujeitos permanecem inseridos em dinâmicas comunitárias que produzem vínculos, reconhecimento e apoio mútuo, elementos fundamentais para a formação humana e para a saúde psicossocial.

Como subsídio empírico à reflexão teórica desenvolvida, a pesquisa realizada por Guilherme Boulos (2017) oferece uma contribuição relevante ao analisar a relação entre participação coletiva e variação de sintomas depressivos em ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) na cidade de São Paulo. Embora não se trate de um estudo educacional *stricto sensu*, seus resultados permitem ampliar a compreensão da práxis comunitária para além do espaço escolar formal, evidenciando efeitos concretos da participação coletiva sobre o bem-estar subjetivo dos indivíduos.

Boulos (2017) demonstra que a participação em ocupações coletivas está associada à redução de sintomas depressivos e ansiosos, mensurados por meio da Escala Hospitalar de Ansiedade e



## REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE

### ISSN 2763-8928

EDUCAÇÃO COMO ATO POLÍTICO: O PAPEL DA COMUNIDADE NA FORMAÇÃO HUMANA  
Steffani Dionizio de Oliveira

Depressão (EHAD). Essa redução relaciona-se à ampliação das relações sociais, ao reconhecimento e ao acolhimento no interior do grupo, ao fortalecimento da autoestima e à construção de vínculos de solidariedade e pertencimento. Os dados indicam que maior integração social se associa à diminuição dos níveis de sofrimento psíquico, enquanto o isolamento e a solidão correlacionam-se com índices mais elevados desses sintomas.

Esses achados reforçam, em diálogo com as contribuições de Freire e Hooks, a compreensão de que a experiência comunitária e a participação coletiva produzem efeitos formativos que extrapolam os limites da educação formal, incidindo diretamente sobre a saúde mental, a construção da identidade e a capacidade de ação dos sujeitos. Desse modo, a comunidade emerge não apenas como espaço de apoio ou sociabilidade, mas como dimensão constitutiva de processos emancipatórios, nos quais educação, política e formação humana se articulam de maneira indissociável.

### CONSIDERAÇÕES

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que uma concepção de educação orientada por uma lógica liberal e individualista tende a reforçar práticas de dominação, fragmentação social e isolamento dos sujeitos, ao submeter os processos formativos às exigências da eficiência, da competitividade e da racionalidade de mercado. Em contraposição, abordagens pedagógicas fundamentadas na comunidade, na participação coletiva e na práxis crítica ampliam as liberdades substantivas, fortalecem os vínculos sociais e favorecem processos emancipatórios que reconhecem os indivíduos como sujeitos históricos e políticos.

Nesse sentido, a crítica formulada por Paulo Freire à educação “bancária” revela-se central para a compreensão das limitações estruturais do modelo liberal de educação. A adoção de uma educação problematizadora, comprometida com a conscientização e com a transformação da realidade, coloca-se em tensão direta com a sustentação do sucesso liberal e com a manutenção do *status quo*, uma vez que rompe com a lógica meritocrática que naturaliza desigualdades e promove o distanciamento entre os sujeitos políticos sob o argumento da eficiência individual.

A questão central que se buscou evidenciar é que os indivíduos, ao aderirem a esse modelo de eficiência e responsabilização individual, tendem a permanecer condicionados a projetos de caráter estritamente pessoal, inseridos em um sistema que reproduz conhecimentos funcionalizados à manutenção do modo de produção capitalista. Esse processo contribui para a consolidação de ambientes marcados pela competitividade, pela fragilização das relações de cooperação e pelo esvaziamento da consciência política e social. Como consequência, observa-se o comprometimento da garantia de direitos fundamentais, o enfraquecimento do sentimento de pertencimento e da identidade coletiva, bem como o aprofundamento de experiências de isolamento e sofrimento subjetivo, que podem se expressar, inclusive, por meio de sintomas depressivos e ansiosos.

Ao articular as contribuições de autores como Friedman, Sen, Freire, Hooks e Boulos, este estudo aponta para a necessidade de repensar a educação como dimensão constitutiva dos processos de desenvolvimento humano e social, reconhecendo que a formação dos sujeitos não se limita à



## REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE

### ISSN 2763-8928

EDUCAÇÃO COMO ATO POLÍTICO: O PAPEL DA COMUNIDADE NA FORMAÇÃO HUMANA  
Steffani Dionizio de Oliveira

aquisição de competências produtivas, mas envolve relações comunitárias, práticas de solidariedade e participação política. Dessa forma, a educação emerge como um espaço privilegiado de disputa e construção de projetos societários, nos quais a comunidade desempenha papel central na produção de sentidos, na promoção da saúde psicossocial e na ampliação das possibilidades de liberdade.

Por fim, entende-se que o tema abordado apresenta elevada relevância para produções futuras que deem continuidade à análise crítica da Economia Política da Educação, na medida em que evidencia a necessidade de abordagens que considerem a complexidade humana nos processos de produção econômica. Torna-se fundamental, portanto, incorporar tais dimensões ao planejamento de modelos de desenvolvimento econômico e social que se pretendam consistentes, sustentáveis e comprometidos com a dignidade, a autonomia e a emancipação coletiva.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Edipro, 2019.

BOULOS, Guilherme Castro. **Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-06062017-084608/>. Acesso em: 16 jan. 2026.

DEITOS, Roberto Antonio. Liberalismo educacional: o receituário de Milton Friedman. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 6, n. 10, p. 137–147, 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/164>. Acesso em: 05 jan. 2026.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. 71ª edição.

DE CARVALHO, Maria Isabel Mello Costa; DE BONA, Viviane. Educação Bilíngue no Brasil: estudo a partir de produções acadêmicas sobre o ensino de língua estrangeira para crianças em um contexto multicultural. **Revista Científica Acertte**, v. 4, n. 3, p. e43178-e43178, 2024. DOI: <https://doi.org/10.63026/acertte.v4i3.178>

SCUDELER, M. A. A ciência da educação e seus objetos. **Revista Científica Acertte**, v.5, n.9, e59261, 2025. DOI: <https://doi.org/10.63026/acertte.v5i9.261>

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.